

**Recolocar o Brasil nos trilhos**

“As sugestões propostas durante a Semana de Tecnologia Metroferroviária deveriam ser enviadas aos centros de decisão na área da mobilidade e a AEAMESP (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô) deveria participar mais das discussões e também cobrar resultados”, disse Frederico Bussinger, ex-secretário de Transportes do governo paulista, atualmente consultor e assíduo participante

dos eventos realizados pela AEAMESP, ao questionar o resultado prático dos debates realizados durante a 22ª STM, realizada em São Paulo, de 13 a 16 de setembro de 2016.
No entender de Bussinger, as promessas feitas durante os debates deveriam ser cobradas nas edições seguintes. Chegou a sugerir um levantamento de todas as promessas feitas nas últimas cinco edições da Semana de Tecnologia Metroferroviária e chamar para o próximo Congresso, que será realizado de 12 a 15 de setembro de 2017, as autoridades que as fizeram para mostrar o que avançou e explicar as que não avançaram.
Bussinger participou do painel “Recolocar o Brasil nos trilhos”, realizado no dia 16 de setembro de 2016 e que reuniu experientes especialistas em economia, política, engenharia e administração para fazer sugestões visando a colocar o País nos trilhos do desenvolvimento econômico e de como avançar com eficiência contribuindo com a mobilidade urbana.
José Eduardo Castelo Branco, subsecretário de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária do Rio de Janeiro, defendeu uma reforma tributária que ofereça incentivos fiscais aos investimentos em projetos de mobilidade, além de desonerar os financiamentos, como zerar o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) das obras. Ele citou estudos que mostram que o Brasil está em 120º lugar em investimentos em infraestrutura com o equivalente a 1% do PIB (Produto Interno Bruto).
José Manuel Ferreira Gonçalves, professor de pós-graduação da Universidade Paulista – UNIP, mostrou-se indignado com a forma como a mobilidade urbana é tratada pelas

autoridades, criticou a falta de projetos e a paralisação das obras por anos e o não cumprimento dos prazos. Ele disse que não consegue entender e muito menos explicar como uma cidade como São Paulo fez em 42 anos apenas 74 quilômetros de Metrô. “Como uma empresa assume uma PPP, do porte da Linha 6 Laranja não coloca recursos próprios para cumprir a sua parte no contrato e paralisa a obra, pois o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES não foi aprovado”, questionou e terminou dizendo que “é preciso colocar o dedo na ferida”.
João Caramez, deputado estadual (PSDB-SP), levou aos participantes do debate uma boa notícia. Acaba de ser criada na Assembleia Legislativa de São Paulo uma Frente Parlamentar em prol do Transporte Metroferroviário e convocou a AEAMESP para participar.

Foto: arquivo Engenharia
Digital Assessoria Comunicação Integrada